

Entrevista com Paula Varela: a Teoria da Reprodução Social e suas contribuições*

Interview with Paula Varela: Social Reproduction Theory and its contributions

Camila Carduz Rocha^a

 <https://orcid.org/0000-0002-3771-8206>

Mariana Fernandes Alcoforado Beltrão^b

 <https://orcid.org/0000-0002-8893-702X>

Resumo: Nesta entrevista, a professora da Universidade de Buenos Aires (UBA), e pesquisadora do Conicet, aborda os fundamentos da Teoria da Reprodução Social (TRS), sua chegada à Argentina e seu impacto na academia e na militância. Analisa a contribuição da TRS para compreender o capitalismo, a racialização, generificação e territorialização, bem como seus vínculos com o feminismo marxista e a interseccionalidade, destacando seu papel nas lutas diante do avanço conservador e da precarização.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Feminismo marxista. Luta de classes. Racialização. Movimentos sociais.

Abstract: In this interview, a professor at the University of Buenos Aires (UBA) and researcher at Conicet, discusses the foundations of Social Reproduction Theory (SRT), its arrival in Argentina, and its influence in academia and activism. She highlights SRT's role in apprehending capitalism, racialization, gendering, and territorialization, as well as its links to Marxist feminism and intersectionality, emphasizing its relevance in current struggles against conservatism and labor precarity.

Keywords: Social Reproduction Theory. Marxist feminism. Class struggle. Racialization. Social movements.

*A presente entrevista contou com a participação da professora doutora Rayane Noronha Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na condição de entrevistadora. O conteúdo do diálogo foi posteriormente revisado e editado pela própria entrevistada, a professora doutora Paula Varela.

^aPontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo/SP, Brasil.

^bUniversidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Recebido: 20/5/2025 ■ **Aprovado:** 2/6/2025

Introdução

A Teoria da Reprodução Social (TRS), surgida no âmbito do feminismo marxista, é fundamental para compreender a relação entre exploração e opressões no capitalismo. Propõe uma perspectiva unitária sobre a produção de valor e a reprodução da vida, sublinhando o papel central do trabalho de reprodução social na acumulação de capital. Esta entrevista com a docente Paula Varela (Universidad de Buenos Aires — UBA/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas — Conicet, Argentina) aprofunda a recepção e os desafios da TRS na Argentina, tanto na academia quanto na militância. Varela explora seus fundamentos teóricos, seu diálogo com a interseccionalidade e os movimentos sociais, e reflete sobre a luta por direitos, a precarização, o avanço da extrema-direita e as resistências populares. O diálogo contribui para o debate político e teórico sobre o papel da reprodução social na emancipação humana.

Paula Varela é licenciada em Ciência Política e doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professora de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Ciências Sociais da UBA e pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), atuando no Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Ceil), realizou estudos de pós-doutorado na Universidade de Campinas (Brasil) e na Universidade de Indiana (Estados Unidos). Suas pesquisas abordam: a nova morfologia da classe trabalhadora; as lutas contemporâneas sob uma perspectiva de gênero, feminismo e sindicalismo; e a Teoria da Reprodução Social no marxismo contemporâneo. Coordena o Coletivo de Pesquisa sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores na Argentina atual (Citta), no Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe (IEALC), e o Programa de Estudos Críticos do Movimento Operário (PECMO), no Ceil.

Entrevistadoras: Paula, para começar, como a TRS chegou à Argentina e qual tem sido sua recepção no meio acadêmico e nos espaços de

militância? Você percebeu maior aproximação ou resistência por parte de algum campo do conhecimento, ou de luta?

Paula Varela: Acredito que é difícil compreender a TRS na Argentina sem considerar sua relação com 2015 e o movimento *Ni Una Menos*,¹ ou seja, com o surgimento do fenômeno da nova ascensão do movimento feminista, porque a forma assumida pela nova onda feminista na Argentina compartilha muitos pontos de diálogo com a TRS. Se tentássemos resumir suas principais demandas, certamente estaria presente o problema dos feminicídios, que marcou o surgimento do movimento em 2015, bem como a incorporação do direito ao aborto e a questão do trabalho de reprodução social, ainda que este último não fosse mencionado com esse nome.

A nova onda feminista na Argentina não é um fenômeno oriundo das universidades nem um fenômeno acadêmico; é um fenômeno das ruas que envolve setores populares e da classe trabalhadora, e que invadiu os locais de trabalho, as escolas, os lares, as universidades e, sobretudo, as ruas.

Esse componente popular e de classe faz com que a discussão sobre o trabalho de reprodução social seja muito bem recebida. De fato, eu diria que a consigna “se nossos corpos não valem, produzam sem nós” resume as três grandes demandas do movimento. É uma denúncia do feminicídio, uma afirmação do direito de decidir sobre nossos corpos, especialmente no que diz respeito ao aborto, e uma evidente reivindicação das mulheres no âmbito da produção. Ou seja, se nós não produzirmos, que tentem produzir sem nós e vejam como se saem. Parece-me que aí há um elemento central para entender a recepção da TRS na Argentina, no âmbito da militância, das ruas e do feminismo.

¹ *Ni Una Menos* é uma palavra de ordem que deu nome a um movimento feminista surgido na Argentina em 2015, que depois se expandiu internacionalmente. Sua primeira manifestação foi realizada em 3 de junho daquele ano, em 80 cidades do país.

Outro elemento-chave é que a Argentina conta com uma sólida tradição de movimento feminista. Por exemplo, os Encontros Nacionais de Mulheres são realizados anualmente desde 1986, ou seja, três anos após a recuperação da democracia constitucional, após a ditadura militar.² Desde suas origens, esse movimento foi atravessado por influências de um feminismo de esquerda, de classe e marxista, cujas formulações encontraram ressonância e espaço dentro da tradição feminista argentina. No entanto, no campo acadêmico, acredito que a recepção dessas ideias é muito menor do que deveria ser.

Um indício disso é que apenas no ano passado conseguimos traduzir o livro de Lise Vogel (2022), *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Na academia argentina, a TRS teve maior impacto na sociologia e na economia feminista. Destaca-se também o campo do Serviço Social, que tem sido alimentado por vocês,³ gerando uma sinergia interessante com o que acontece aqui. Embora o marxismo tenha uma longa tradição na academia argentina, sua presença é menor em comparação com outras correntes, o que torna ainda mais relevante pensar a TRS como parte de uma renovação global do marxismo, cujas expressões variam conforme o contexto regional e nacional.

Entrevistadoras: Paula, você considera que os movimentos na Argentina que incorporaram a perspectiva da TRS articulam de forma unitária classe, raça e gênero? Em particular, como é abordada a questão racial

² A ditadura militar na Argentina teve início com o golpe de 24 de março de 1976, que derrubou Isabel Perón, e inaugurou um período de repressão, que durou até 1983. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas estejam desaparecidas.

³ Varela faz referência aos intercâmbios que vêm sendo realizados entre pesquisadoras brasileiras e argentinas no âmbito do Serviço Social dos respectivos países, os quais já deram origem à participação em eventos conjuntos e a publicações, como o artigo “Trabajo Social y teoría de la reproducción social: diálogos necesarios desde una perspectiva de totalidad”. In: CIMAROSTI, M.; PELLEGRINI, N. (comp.). *Trabajo Social crítico en la contemporaneidad: disputas por la autonomía profesional en los procesos de intervención*. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2024.

em relação aos povos originários e a suas lutas, que — assim como no Brasil — resistem desde a colonização?

Paula Varela: Acredito que a TRS ainda não ultrapassou o âmbito do feminismo. Embora, em termos teóricos, a TRS ofereça a possibilidade de pensar as diferentes opressões sob uma teoria unitária que as vincula à exploração da classe trabalhadora, continua sendo a opressão de gênero aquela que mais a identifica como teoria. Em outras palavras, eu não me arriscaria a afirmar que a TRS é uma ferramenta utilizada para analisar os movimentos sociais dos povos originários na Argentina. Apesar de a TRS poder oferecer um enfoque para pensar diversas formas de opressão, ela ainda não foi desenvolvida nesse sentido.

Além disso, com a existência da teoria da interseccionalidade, que possui uma presença tão forte dentro e fora da academia, se a TRS não desenvolver uma explicação da opressão racial no mesmo nível em que tem abordado a opressão de gênero, então ela apresenta um problema. Trata-se, evidentemente, de um problema da teoria, já que os problemas nunca estão na realidade, mas na própria teoria.

É possível encontrar explicações para o fato de a TRS ainda não ter desenvolvido plenamente sua compreensão da opressão racial. Por um lado, porque ela surge como um debate dentro do feminismo socialista e marxista, o que marca sua origem na centralidade da opressão das mulheres, sendo nesse terreno que ela mais se desenvolveu. Ou seja, ela nasce de um debate situado no âmbito do feminismo. E, nesse campo, encontra, a meu ver, uma resposta absolutamente original.

Uma resposta que abre a porta para questionar outras opressões, porque a pergunta que a TRS formula é se a opressão de gênero é necessária para a configuração da exploração de classe. Se quisermos formular a mesma pergunta em relação à racialidade, deveríamos nos questionar: a opressão racial é necessária para a configuração da exploração de classe? Acredito que a resposta seja sim. Não se trata de algo aleatório, ou seja, de uma opressão que pode ou não estar presente. Trata-se de

uma opressão constitutiva das sociedades capitalistas. Então, a pergunta seguinte é: *por que ela é necessária?*

Esse é o raciocínio que Vogel (2022) desenvolveu em relação ao gênero. A questão sobre a opressão racial deve ser colocada da mesma forma: *em que medida e de que maneira específica a opressão racial é necessária para a produção de valor e a acumulação de capital nas origens do capitalismo e na atualidade?*

Para responder a essa pergunta, não há outro caminho senão recorrer às ferramentas de todas as teorias que abordaram a opressão racial no capitalismo. Por exemplo, responder a essa questão sem recorrer às ferramentas do marxismo negro não faz sentido. Por sua vez, a discussão sobre racialidade e racialização não se reduz à opressão de pessoas negras. A configuração da racialidade no capitalismo inclui, como analisaram Marx e Engels, os irlandeses na Inglaterra ou os povos indígenas em países como a Argentina. Ou seja, a racialização é a outra face da moeda da colonização e da migração. Esse livro sobre racialização e migração desde a perspectiva da TRS ainda está por ser escrito, mas considero que a TRS possui todos os elementos necessários para desenvolvê-lo. E isso se deve ao fato de que uma das inovações na formulação de Vogel, em 1983, em contraste com outras feministas que participaram do debate naquela época, foi colocar no centro a pergunta sobre como o capital se abastece de força de trabalho. E, para responder a essa questão, ela mesma propõe duas respostas. Uma delas é por meio da reprodução geracional da força de trabalho, o que está vinculado à opressão das mulheres. No entanto, essa não é a única via. O capital também obtém força de trabalho por meio da migração, do trabalho forçado em prisões, da colonização e de outras formas de expropriação.

Ao centralizar a pergunta em *como o capital se abastece de força de trabalho*, a TRS permite responder, a partir de uma teoria unitária, a múltiplas formas de opressão, evitando cair em enfoques dualistas ou em teorias de opressões paralelas que não explicam por que atuam de maneira combinada.

Entrevistadoras: Reconhecendo os limites do debate sobre a racialização e a necessidade de dialogar com tradições, como o marxismo negro, o feminismo negro e a interseccionalidade, você poderia nos contar como vê o diálogo entre a TRS e a interseccionalidade?

Paula Varela: Como aponta a própria Lise Vogel em seu artigo “Beyond intersectionality” (Vogel, 2018), é fundamental diferenciar a interseccionalidade e sua origem da narrativa acadêmica que se construiu em torno dela. Vogel destaca a importância de re-historicizar a interseccionalidade, resgatando suas raízes no feminismo negro, no qual já se articulavam classe, gênero e raça antes mesmo de o termo surgir. Da mesma forma, dentro do feminismo marxista, não se pode pensar a TRS sem retornar aos debates da segunda onda, ao trabalho doméstico e a autoras como Margaret Benston, Peggy Morton, Mariarosa Dalla Costa, Selma James ou Wally Secombe.

Do mesmo modo, é problemático falar em interseccionalidade sem reconhecer as contribuições históricas do feminismo negro desde o século XIX. Isso inclui militantes socialistas e mulheres negras militantes do Partido Comunista, o que exige uma revisão da tríade entre raça, classe e gênero na teoria marxista — especialmente no marxismo negro, com referências como W. E. B. Du Bois e Frantz Fanon. Vogel retoma essa perspectiva em seu texto de 2018, ressaltando que a interseccionalidade não nasce na academia nem nos anos 1980, como costuma apresentar a narrativa acadêmica dominante.

Parte desse viés consiste em estabelecer uma amálgama entre interseccionalidade e “política de identidade”. Se rastrearmos os debates sobre a interseção entre gênero, classe e raça no marxismo negro e entre as feministas do marxismo negro antes dos anos 1980, veremos que a política de identidade — ou a concepção da racialidade como identidade, tal como se apresenta nos anos 1990 e 2000 — não possui essas características. Assim, para estabelecer um diálogo frutífero entre a TRS e a interseccionalidade, é fundamental historicizar esta última e recuperar

suas raízes mais radicais, combativas e vinculadas à luta de rua dentro do feminismo negro.

Em segundo lugar, junto a muitas teóricas da reprodução social, como Susan Ferguson (2017), considero que é necessário realizar uma segunda operação de precisão: perguntar se vamos abordar a interseccionalidade como uma teoria explicativa ou descritiva. Como teoria descritiva, ela é excelente. Encontrou uma forma muito eficaz de apontar um problema real das sociedades capitalistas: o fato de que as opressões são vividas de maneira interseccional. Por exemplo, não é o mesmo ser uma mulher branca em Buenos Aires e ser uma mulher de origem indígena em Jujuy, na região do altiplano do norte argentino. Não há uma experiência de opressão de gênero semelhante. A interseccionalidade realiza um trabalho brilhante ao descrever essa experiência e colocá-la no centro do debate.

Se estamos pensando em uma teoria descritiva, ela pode oferecer uma representação clara das múltiplas opressões e de como estas configuram posições diferenciadas. No entanto, seu limite aparece quando se exige que explique por que essas opressões se configuram dessa maneira. Nesse ponto, a TRS oferece uma matriz explicativa que é plenamente compatível com o enfoque descritivo da interseccionalidade, abrindo, assim, um espaço fértil para o diálogo entre ambas as perspectivas.

Entrevistadoras: O avanço crescente de governos de extrema-direita em escala global é alarmante e nos coloca em estado de alerta. Nesse contexto, que estratégias, no campo da reprodução social, você considera viáveis de serem implementadas nesta conjuntura, levando em conta os vínculos de solidariedade entre a classe trabalhadora?

Paula Varela: Uma das estratégias da extrema-direita em nível internacional tem sido construir a oposição entre os direitos dos povos — entendidos como direitos das maiorias — e os direitos das mulheres e das chamadas minorias sexuais. Como toda construção ideológica, essa narrativa se apoia em um ponto de verdade. Existe uma crise profunda

que afeta trabalhadores e trabalhadoras, os quais enfrentam a impossibilidade de alcançar a mobilidade social ascendente que, em algum momento, pareceu possível. De fato, há uma crise que atinge amplamente as massas trabalhadoras e, pela primeira vez desde a década de 1990, vivemos um cenário em que os filhos têm uma condição de vida pior do que a de seus pais.

Assim, esse tipo de discurso “gênero *versus* povo” enraíza-se na crise profunda enfrentada pela maior parte da população para acessar os bens necessários à reprodução de uma vida digna. Outro elemento que fortalece esse discurso, especialmente no que diz respeito ao movimento feminista, é a hegemonia do feminismo liberal como representação dominante do feminismo. O feminismo liberal, de fato, concebe os direitos das mulheres como algo separado dos direitos do povo ou da classe trabalhadora. Essa postura facilita a construção da oposição entre gênero e povo.

Nossa perspectiva, como feministas marxistas e socialistas, é recolocar os direitos das mulheres como parte fundamental dos direitos da classe trabalhadora, e não em oposição a eles, porque compreendemos as opressões como parte constitutiva da formação da classe na qualidade de classe explorada. Se as opressões integram a constituição da classe, não podemos contrapor os direitos dos setores oprimidos aos direitos da classe.

A Teoria da Reprodução Social (TRS) é uma ferramenta analítica valiosa para recolocar os direitos das mulheres e dos setores oprimidos como parte essencial dos direitos do povo. Se não conseguirmos isso, essa oposição continuará a avançar e se tornará uma base fundamental para as novas direitas, inclusive promovendo a adesão a ideologias reacionárias por parte de setores da classe trabalhadora.

Entrevistadoras: Rhaysa Ruas (2024), uma de nossas referências, defendeu recentemente sua tese de doutorado sobre o papel do gênero e da raça na reprodução da vida e da morte, focando o genocídio da população negra brasileira. Ela destaca a necessidade de teorizar não apenas a produção da vida, mas também a da morte, e compreendemos

que o Estado e as políticas sociais desempenham um papel nesse processo. Além disso, propõe ampliar a reflexão para as mortes de corpos subalternizados, como os de pessoas trans e da população LGBTQIAPN+, que enfrentam processos diferenciados de reprodução social e estão mais expostos à violência, tanto estatal quanto social. Como a TRS contribui nesse contexto?

Paula Varela: Acredito que é importante diferenciar dois aspectos. O primeiro é se as políticas estatais de extermínio de determinados setores da população negam a contradição entre produção e reprodução da força de trabalho. Um dos fundamentos da TRS é que o capital enfrenta uma contradição incontornável, que só pode ser resolvida temporariamente: a necessidade constante de força de trabalho para ser explorada, em contraste com a necessidade de baratear essa força de trabalho para maximizar o mais-valor e o lucro. Essa contradição está no cerne da TRS: a ideia de que ela é constitutiva do capital. Além disso, o capital adota diferentes estratégias para enfrentar essa contradição.

Algumas teorias necropolíticas sustentam que essa contradição teria se transformado: o capital já não dependeria da força de trabalho para gerar valor, uma vez que a acumulação se daria por outros meios. Nessa perspectiva, as políticas de extermínio se explicariam pela existência de um suposto excedente populacional que o capital já não precisaria incorporar.

Essa é uma primeira discussão que considero importante: onde situamos as políticas de extermínio? Parto do pressuposto de que tais políticas existem, porque são uma realidade. Um exemplo evidente disso é Gaza. Agora, se as políticas de extermínio forem interpretadas como um indicativo de que a contradição entre produção e reprodução já não é central no capitalismo — porque o capital não precisaria mais da força de trabalho para produzir valor —, creio que estamos incorrendo em um erro.

Pelo contrário, considero que as políticas de extermínio reforçam a contradição entre produção e reprodução. Elas aprofundam a contradição

do capital entre a necessidade de força de trabalho para ser explorada e a necessidade de que essa força de trabalho seja o mais barata possível — quase desumanamente barata. Essas políticas fazem parte de uma estratégia de barateamento extremo da força de trabalho, relegando setores da “população sobranter” a um disciplinamento extremo imposto pelo capital, principalmente por meio do Estado, ainda que também envolvam atores, como milícias paramilitares e setores privados armados. As políticas de extermínio estão indissociavelmente ligadas às opressões que são constitutivas da relação entre capital e trabalho, uma vez que não se aplicam a qualquer setor da classe trabalhadora, mas à população negra, migrante, indígena, *queer* e, evidentemente, trans. Nesse marco, a perspectiva da reprodução social se complementa com as perspectivas sobre o extermínio, ao permitir compreender essas violências dentro de uma lógica mais ampla de reprodução diferenciada da força de trabalho.

A ideia de que o capital necessita de força de trabalho disponível para explorar não é o mesmo que afirmar que o capital explora toda a força de trabalho disponível. A existência de população sobranter não é uma anomalia no capitalismo, mas parte da “norma”, justamente porque reforça o caráter de disponibilidade da força de trabalho. Isso não nega a contradição entre produção e reprodução — ao contrário, a reforça e a expressa em uma faceta extremamente violenta, tão severa quanto a própria crise capitalista, num nível de crueldade compatível com a crise do capitalismo e do trabalho.

Entrevistadoras: Quais são os principais desafios enfrentados pela classe trabalhadora devido à mercantilização da reprodução social?

Paula Varela: Devemos discutir sobre como a reprodução social da classe trabalhadora está sendo cada vez mais privatizada. Em primeiro lugar, a carga recai de forma crescente sobre as famílias — especialmente sobre as mulheres da classe trabalhadora — que precisam sustentar a

reprodução social de suas famílias quase sem recursos. Um fenômeno relacionado é o crescente processo de mercantilização da saúde, da educação e dos cuidados.

A classe trabalhadora enfrenta uma disjuntiva assustadora: ou garante a reprodução de sua família por meio de um volume cada vez maior de trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, com menos recursos disponíveis; ou trabalha cada vez mais de forma remunerada para poder pagar pelos serviços de reprodução social no mercado mercantilizado. Diante desse cenário, exigir que o Estado ofereça serviços de reprodução social gratuitos, de qualidade e com profissionais bem remunerados, bem como barrar a reprivatização da reprodução social, constitui uma demanda fundamental e prioritária.

No entanto, essa demanda é contraditória, pois estamos solicitando a um Estado que criticamos que nos forneça esses serviços. Não podemos nos iludir achando que os serviços de reprodução social providos pelo Estado ampliarão nosso controle sobre nossa própria reprodução social. O Estado oferece esses serviços segundo uma lógica de segmentação e fragmentação da classe trabalhadora. Por isso, a reivindicação por serviços públicos gratuitos e de qualidade deve vir acompanhada de um debate sobre outras formas de reprodução social, que transcendam tanto o lar privado quanto as instituições estatais.

É imprescindível retomar o debate sobre a socialização da reprodução social e refletir sobre formas democráticas de realizá-la coletivamente. Nesse contexto, também é essencial problematizar a instituição da família — um tema difícil de abordar, inclusive dentro do próprio movimento feminista. Em um capitalismo voraz e agressivo, a família costuma ser percebida como um espaço de cuidado, um refúgio; mas não podemos idealizá-la: trata-se de uma instituição que exige crítica radical. O movimento feminista desenvolveu uma rica tradição de questionamento à família nuclear, heteronormativa e burguesa imposta à classe trabalhadora, acumulando experiências valiosas de socialização que, hoje, é urgente retomar.

Entrevistadoras: No Brasil, o movimento *Vida Além do Trabalho*⁴ tem impulsionado a luta pela redução da jornada laboral, destacando a centralidade da reprodução social. No entanto, ainda é difícil articular essa pauta com os temas de gênero, sexualidade e raça. Como você enxerga esse desafio e que caminhos acredita serem possíveis para avançarmos?

Paula Varela: É um debate urgente. Não podemos avançar nessa direção sem, antes, repensar profundamente que tipo de organização sindical é necessária para enfrentar os desafios do presente.

É essencial não confundir duas questões que, embora relacionadas, são distintas. Por um lado, a perspectiva da reprodução social nos permite compreender a classe trabalhadora como heterogênea, composta por setores com múltiplas demandas que vão além do âmbito produtivo e abrangem questões fundamentais da reprodução da vida. Por outro, é preciso analisar em quais espaços a classe trabalhadora possui maior capacidade de impacto e de causar dano em sua confrontação com o capital. Embora ambas as discussões estejam conectadas, elas não são exatamente a mesma coisa.

A partir da TRS, concebemos a classe trabalhadora em toda a sua diversidade, compreendendo que suas demandas não podem se limitar apenas a questões estritamente econômicas ou laborais. É necessário incorporar uma ampla gama de reivindicações que vão desde o direito ao aborto até a erradicação da violência policial contra as populações racializadas. Trata-se de uma agenda ampla e complexa, que reflete a urgência de construir um sindicalismo capaz de articular as lutas no campo da produção com as lutas pela reprodução social.

Assim, é fundamental distinguir entre duas questões centrais: uma é reconhecer a heterogeneidade da classe trabalhadora; outra, bastante

⁴ O Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) é uma iniciativa brasileira que propõe substituir a jornada de seis dias de trabalho por um de descanso (6×1) por uma jornada de quatro dias de trabalho e três de descanso (4×3).

distinta, é assumir que todos os seus setores possuem o mesmo poder de enfrentamento na luta contra o capital. A capacidade de pressão que pode exercer um assentamento popular não é comparável à de um sindicato de petroleiros.

Se queremos construir pontes de solidariedade entre lutas que hoje parecem desconectadas — como a demanda por saneamento básico em um bairro periférico e a reivindicação salarial dos trabalhadores petroleiros —, não podemos fazê-lo a partir da ingenuidade, porque, do ponto de vista de quem vive nesse bairro popular, o trabalhador petroleiro é visto como um privilegiado absoluto. E, em certo sentido, ele o é. Seu salário é oito vezes maior do que a renda média das pessoas que habitam esses bairros. Essa disparidade impede que os trabalhadores precarizados o percebam como um igual.

É exatamente aí que os sindicatos desempenham um papel crucial. Se a perspectiva da reprodução social conseguir se inserir em sindicatos com maior capacidade de pressão, como o dos petroleiros, a dinâmica se transforma. O poder de negociação e de dano desses setores poderia ser colocado a serviço de demandas mais amplas, como a garantia de infraestrutura básica nos bairros populares. No entanto, a relação inversa não é viável, pois os setores mais precarizados não possuem a mesma capacidade estratégica de pressão. Por isso, não podemos permitir que os sindicatos que ainda conservam organização e força enveredem por uma lógica corporativa, centrada unicamente na defesa de seus próprios interesses, acreditando que podem se salvar de maneira isolada por meio de aumentos salariais para um grupo cada vez mais restrito de trabalhadores. É nesses espaços que devemos disputar uma perspectiva ancorada na reprodução social.

Para que isso seja possível, os sindicatos docentes — assim como outros com inserção estratégica — precisam adotar uma perspectiva que reconheça a unidade entre produção e reprodução, compreendendo que a classe trabalhadora possui demandas anfíbias, que transitam entre o chão de fábrica, a escola, o hospital e o lar. Caso contrário, as greves

tenderão a ser meramente corporativas — e, provavelmente, fracassarão. Não é viável construir pontes de solidariedade sem repensar o papel dos sindicatos. Em um cenário de crescente precarização do trabalho, os sindicatos continuam sendo algumas das poucas organizações que ainda detêm algum poder de negociação. Nesse contexto, a greve segue sendo uma ferramenta fundamental de luta e pressão. Entretanto, se a greve for reduzida a uma ação corporativa, seu fracasso é quase certo. É possível que alguns setores, como os de petroleiros, de caminhoneiros, de trabalhadores da logística ou de portuários, consigam resistir por um tempo a mais — especialmente em economias dependentes das exportações, como a argentina. Mas, como classe, estamos caminhando para uma catástrofe.

A segunda discussão necessária centra-se nos movimentos sociais, especialmente no interior do movimento feminista. É fundamental disputar o reconhecimento dos direitos das mulheres, das pessoas migrantes, das populações racializadas e dos povos originários. Mas também, dentro dessas próprias organizações, é imprescindível travar a batalha em torno das necessidades da maioria da população: a classe trabalhadora — ou, como define Antunes (1995), a *classe-que-vive-do-trabalho*. O desafio, portanto, é duplo.

Não acredito que seja possível construir pontes nem transformar a *posição anfíbia* em uma verdadeira força social sem travar a batalha, tanto no interior das organizações sindicais quanto nos movimentos sociais.

Entrevistadoras: Você poderia aprofundar o conceito de *posição anfíbia* ocupada pelas mulheres e explicar mais sobre esse lugar estratégico?

Paula Varela: A TRS permite identificar de maneira precisa um lugar diferenciado para as mulheres da classe trabalhadora dentro da própria classe. Um lugar que as compreende como parte da sua classe, mas sem as homogeneizar, destacando uma posição distinta. Esse conceito é o que denomino *posição anfíbia* das mulheres na classe trabalhadora (Varela,

2018; 2019). Trata-se de entender como as mulheres trabalhadoras estão em uma posição que transita entre a produção e a reprodução — não por escolha, mas porque é o lugar no qual o próprio capital nos colocou.

As mulheres trabalhadoras sempre ocuparam uma *posição anfíbia*. A primeira coisa que devemos compreender é que essa *posição anfíbia* é uma característica própria das mulheres trabalhadoras nas sociedades capitalistas. Ela pode ser observada nas imagens de Dickens no século XIX, nas respostas do movimento negro à Campanha por salário para o trabalho doméstico na década de 1970 e em qualquer bairro popular da Argentina, favela ou periferia do Brasil na atualidade. O neoliberalismo intensificou a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, alcançando hoje seu nível mais alto na história.

É importante distinguir entre o neoliberalismo como fenômeno de época e a localização estrutural das mulheres — uma distinção fundamental para abordar empiricamente realidades concretas. As mulheres têm sido historicamente uma “ponte entre produção e reprodução social”, como se observa nas lutas comunitárias; em sua participação em greves operárias tradicionais; ou em seu protagonismo nas chamadas “greves metropolitanas” — mais políticas — nos termos de Antonio Negri (2018).

Mas o neoliberalismo reforçou ainda mais (ou levou ao limite) essa *posição anfíbia*. Analisei esse fenômeno distinguindo três tipos de lutas pela reprodução social (Varela, 2023). Quero me referir aqui ao primeiro desses tipos, que diz respeito à configuração de algo que antes não existia nessa magnitude: o crescimento das trabalhadoras assalariadas no setor dos cuidados.

Aqui se manifesta uma expressão muito particular da *posição anfíbia*. Nas lutas em instituições de reprodução social — como escolas, creches, hospitais e residências para pessoas idosas —, as trabalhadoras remuneradas desses setores são majoritariamente mulheres racializadas e, na Argentina, cada vez mais migrantes. Os conflitos que ali surgem podem ser pensados como conflitos anfíbios. Não apenas a posição das mulheres nessas instituições é anfíbia, como ocorre com todas as

mulheres da classe trabalhadora, mas também as próprias instituições também o são.

Essas lutas combinam reivindicações laborais — salários, condições de trabalho, jornada de trabalho etc. —, típicas de qualquer conflito assalariado, com demandas relacionadas a como a classe trabalhadora busca garantir sua reprodução: qualidade da educação, da alimentação escolar, do cuidado infantil e das pessoas idosas, entre outras.

Nessas instituições, a noção das mulheres ocupando posições anfíbias alcança sua máxima expressão, justamente porque as próprias instituições combinam demandas da produção e da reprodução. Em nível internacional, organismos como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) apontam que os principais focos de conflitualidade nos últimos anos — mesmo antes da pandemia — concentram-se nessas instituições.

Esse é um ponto crucial. Como destaquei anteriormente, um dos principais desafios é que as organizações de trabalhadores tendem a segmentar as demandas relacionadas à produção daquelas ligadas à reprodução social. No entanto, em instituições como escolas ou hospitais, essa divisão torna-se inviável: as condições de trabalho das trabalhadoras são também condições de vida para as pessoas que recebem esses serviços. Isso permite articular reivindicações e tecer laços de solidariedade e de politização nas comunidades trabalhadoras. Uma greve docente, por exemplo, pode se tornar uma greve de toda a comunidade em defesa do direito de definir coletivamente as condições de nossa reprodução social. Esse direito — ainda mais urgente diante do agravamento das condições de vida — é fundamental para a classe-que-vive-do-trabalho e abre questões essenciais: quantas horas queremos trabalhar para viver? Como nos relacionamos com a natureza? Como queremos cuidar, educar e sermos educadas, e para quê?

Essas são perguntas fundamentais que as organizações de trabalhadores (pelo menos a imensa maioria) não formulam — e que, por vezes, são levantadas por movimentos sociais mais atentos ou sensíveis aos aspectos da reprodução da vida.

A tendência de considerar as demandas da reprodução social como se fossem próprias apenas dos movimentos sociais — e não da classe trabalhadora — tem sido um desafio tanto para a tradição operária quanto para a tradição marxista. Movimentos por moradia, terra, acesso à água, direito ao aborto, entre outros, que frequentemente são vistos como demandas que não pertencem exclusivamente à classe trabalhadora, devem ser compreendidos como reivindicações centrais de classe.

Ainda que não estejam diretamente relacionadas com a produção, mas com a reprodução da classe trabalhadora, essas são reivindicações fundamentais para estabelecer as condições de nossa reprodução social como classe produtora — como a classe que produz tudo o que existe no mundo.

Por isso, é necessário — tanto no âmbito acadêmico quanto, sobretudo, no da militância e do ativismo — romper com a dicotomia amplamente estabelecida e consolidada entre, de um lado, a classe operária e os sindicatos; e, de outro, os movimentos sociais. Acredito que a Teoria da Reprodução Social é uma ferramenta extremamente potente para esse propósito, pois permite abordar essas lutas a partir de uma perspectiva analítica e política, como lutas pela reprodução social das trabalhadoras e dos trabalhadores. Com isso, abre-se a possibilidade de repensar as organizações da classe trabalhadora de forma diferente.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, p. 13-38, 2017.

NEGRI, A. *De la fábrica a la metrópolis: ensayo 2*. Buenos Aires: Cactus, 2018. (Colección Occursus).

RUAS, R. S. *O lugar do gênero e da raça na reprodução capitalista: produção da vida e da morte a partir do “genocídio do negro brasileiro”*. 2024. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

VARELA, P. Con los ojos de las mujeres. *Ideas de Izquierda*, Buenos Aires: IPS, n. 44, 2018.

VARELA, P. ¿Existe un feminismo socialista en la actualidad? Apuntes sobre el movimiento de mujeres, la clase trabajadora y el marxismo hoy. *Theomai*, Buenos Aires, n. 39, p. 4-20, 2019.

VARELA, P. Las luchas por nuestra reproducción social: debates teóricos y combates sociales. *Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales*, v. 23, n. 2, p. r2302, 2023. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/102953>. Acesso em: 12 mar. 2025.

VOGEL, L. Beyond intersectionality. *Science & Society*, v. 82, n. 2, p. 248-255, 2018.

VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Sobre as autoras

CAMILA CARDUZ ROCHA – Economista e assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social. Militante, feminista-marxista e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social.

E-mail: camilacarduzrocha@yahoo.com

MARIANA FERNANDES ALCOFORADO BELTRÃO – Assistente social. Mestre e doutoranda em Serviço Social. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social.

E-mail: alcoforado.mariana@gmail.com